

GRANDE RECIFE CONSÓRCIO DE TRANSPORTES METROPOLITANO

**RELATÓRIO SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

Índice

Balanço Patrimonial.....	3 e 4
Demonstração do Resultado.....	5
Demonstração do Resultado Abrangente.....	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	8
Demonstração do Valor Adicionado.....	9
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024.....	10



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em reais)

ATIVO	NOTAS	2024	2023
CIRCULANTE			Reclassificado Nota final 29
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	82.021.493	80.094.564
Contas a Receber GRCTM		2.202	719
Estoques	5	253.358	170.380
Impostos a Recuperar	6	1.911.064	1.522.742
Adiantamentos a Empregados e Outros	7	5.972.528	6.348.324
Despesas Pagas a Regularizar		56.987	-
Outras Despesas Correntes	8	5.795.527	5.104.017
TOTAL DO CIRCULANTE		96.013.157	93.240.746
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos Judiciais	9	12.995.862	8.786.792
Imobilizado	10	5.147.586	3.997.759
Intangível	11	2.170.674	2.449.307
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		20.314.122	15.233.857
TOTAL DO ATIVO		116.327.279	108.474.603

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

[Handwritten signature]

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em reais)

PASSIVO	NOTA	2024	2023
CIRCULANTE			Reclassificado Nota final 29
Fornecedores	12	84.484.513	84.591.305
Salários e Encargos Sociais	13	22.809.012	16.627.441
Impostos, Taxas e Contribuições	14	2.519.808	2.693.940
Valores Restituíveis	15	6.044.502	6.044.502
Conta Corrente – STPP	16	60.060.962	65.678.936
Depósito de Terceiros	17	8.037.228	5.732.861
Depósito para Recursos e Judiciais		79.205	-
Outras Obrigações		270.815	79.997
TOTAL DO CIRCULANTE		184.306.046	181.448.982
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para Riscos Cíveis e Trabalhistas	18	50.554.593	52.782.971
Resíduos de Créditos STPP	19	69.251.130	69.251.130
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		119.805.723	122.034.100
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20		
Capital Social Subscrito		1.000.000	1.000.000
(-) Capital Social a Integralizar		(424.300)	(424.300)
Prejuízos Acumulados		(223.351.600)	(230.575.589,15)
Crédito para Futuro Aumento de Capital		34.991.410	34.991.410
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(187.784.490)	(195.008.479)
TOTAL DO PASSIVO		116.327.279	108.474.603

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Valores expressos em reais)

	NOTA	2024	2023
Receita Operacional Líquida	21	3.713.806	1.532.764
Custo dos Serviços Prestados		(396.239.223)	(370.246.624)
Resultado Bruto		(392.525.417)	(368.713.859)
(Despesas) receitas Operacionais			
Gerais e Administrativas	22	(59.261.353)	(61.588.693)
Pessoal e encargos	23	(46.351.706)	(49.155.021)
Tributárias	24	(1.727.937)	(486.202)
Outras Despesas Operacionais	25	(893.161)	(598.060)
Outras Receitas Operacionais	26	5.031.498	6.444.999
Transferências líquidas do Tesouro Estadual	27	501.792.914	456.304.629
Lucro Operacional antes do resultado financeiro		398.590.255	350.921.652
Resultado Financeiro			
Receitas Financeiras		1.515.443	1.391.681
Despesas Financeiras		(356.291)	(286.603)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1.159.152	1.105.078
Lucro/Prejuízo do Exercício		7.223.990	(16.687.129)
Lucro/Prejuízo por lote de 1.000.000 ações do Capital Social no final do exercício		7,22	(16,69)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Valores expressos em reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO		
Outros Resultados Abrangentes	7.223.990	(16.687.129)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>7.223.990</u>	<u>(16.687.129)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Valores expressos em reais)

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A INTEGRALIZAR	RECURSO PARA AUMENTO DE CAPITAL	LUCRO OU PREJUÍZO ACUMULADO	TOTAL
Saldos do Exercício em 31/12/2022	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(265.814.560)	(230.247.450)
Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(239.684.925)	(204.117.815)
Prejuízo do exercício				(16.687.129)	(16.687.129)
Saldos do Exercício em 31/12/2023	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(256.372.053)	(220.804.943)
Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(230.575.589,36)	(195.008.479)
Lucro do exercício				7.223.990	7.223.990
Saldos do Exercício em 31/12/2024	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(223.351.600)	(187.784.490)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Handwritten signature

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Valores expressos em reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	7.223.990	(16.687.129)
Depreciações e amortizações	(560.265)	624.479
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(2.228.378)	3.497.087
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	33.055
Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado	<u>4.435.347</u>	<u>13.263.957</u>
Aumento (diminuição) de Ativos		
Contas a Receber	(1.483)	(8.277)
Estoques	(82.978)	(861)
Impostos a Recuperar	(388.321)	(224.421)
Adiantamentos a Empregados e Outros	375.796	(83.987)
Despesas Pagas a Regularizar	(56.987)	1.208.498
Outras Despesas Correntes	(691.510)	39.029.455
Depósitos Judiciais	(4.209.071)	(677.555)
	<u>(5.054.552)</u>	<u>39.242.854</u>
Aumento (diminuição) de Passivos		
Fornecedores	(106.792)	(50.158.334)
Salários e encargos sociais	6.181.571	6.291.981
Impostos, taxas e contribuições	(174.131)	(5.543.553)
Conta Corrente STPP	(5.617.974)	118.392
Depósito de Terceiros	2.304.368	1.460.418
Depósito para recursos judiciais	79.205	(1.058.526)
Outras Contas a Pagar	190.818	(2.316.279)
	<u>2.857.064</u>	<u>(51.205.901)</u>
Caixa Líquido Proveniente (Usado) das Atividades Operacionais	<u>2.237.859</u>	<u>1.300.909</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(589.562)	(88.983)
Intangível	278.633	(19.979)
Total das Atividades de Investimentos	<u>(310.929)</u>	<u>(108.961)</u>
Total dos Efeitos no Caixa e Equivalentes	<u>1.926.929</u>	<u>1.191.947</u>
Caixa mais Equivalentes de Caixa Iniciais	80.094.564	78.902.617
Caixa mais Equivalentes de Caixa Finais	82.021.493	80.094.564
Variação no Caixa e Equivalentes	<u>1.926.929</u>	<u>1.191.947</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

(Valores expressos em reais)

	2024	2023
RECEITAS	512.763.356	461.949.397
Transferências e delegações recebidas	501.792.914	456.304.629
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	3.713.806	1.532.764
Outras receitas	5.031.498	6.444.999
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.228.378	(2.299.940)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.240)	(33.055)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(456.096.935)	(370.908.018)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(396.239.223)	(370.246.624)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(59.857.711)	(661.394)
VALOR ADICIONADO BRUTO	56.666.421	91.041.378
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO (retenções)	(560.265)	(624.479)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	56.106.156	90.416.900
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.515.443	1.391.681
Receitas financeiras	1.515.443	1.391.681
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	57.621.598	91.808.580
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	57.621.598	91.808.580
Pessoal	38.195.276	98.381.458
Remuneração direta	35.634.112	95.840.415
FGTS	2.561.164	2.541.043
Impostos, taxas e contribuições	9.472.150	9.010.608
Federais	9.373.034	8.666.850
Municipais	99.116	343.757
Remuneração de capitais de terceiros	2.730.181	1.103.643
Juros	121.708	81.926
Aluguéis	2.608.474	1.021.717
Remuneração de capitais próprios	7.223.990	(16.687.129)
Lucros retidos/prejuízos do exercício	7.223.990	(16.687.129)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Fundamentado na Lei nº 11.107, o **GRANDE RECIFE CONSÓRCIO DE TRANSPORTE METROPOLITANO** foi criado em 2008, após a extinção da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU/Recife), sendo pioneiro na implantação de consórcio de transporte público de passageiros no país.

Com um quadro operacional de 229 (duzentos e vinte nove) servidores efetivos, 29 em cargos comissionados, 18 extra quadro, 12 jovens aprendizes e 354 (trezentos e cinquenta e quatro) servidores terceirizados, o Grande Recife é o órgão gestor de um sistema constituído por 09 operadoras de ônibus, 26 Terminais Integrados, 01 Terminal de Passageiros, 93 Mini Terminais funcionais, 46 Estações de BRTs, sendo 33 em operação, 6 interditadas por obras na via e 7 interditadas por pendências de obras, e 02 Corredores Exclusivos de Ônibus, transportando cerca de 1,3 milhões de passageiros, aproximadamente, por dia.

Com a publicação da Lei nº 15.275/2014, de 29 de abril de 2014, que abre crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife – CTM, relativo ao exercício de 2014, passou o CTM, no decorrer de 2014, a utilizar o sistema E-FISCO, sistema de controle orçamentário, financeiro e contábil, desenvolvido pela SEFAZ – Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, para registro de seus atos e fatos administrativos, considerando que o Consórcio se encontra na qualidade de estatal dependente, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, Art. 2º, inciso III.

Por ser uma estatal dependente, o CTM recebe do ente controlador, ESTADO DE PERNAMBUCO, recursos financeiros para pagamento de suas despesas. Devido a isto, pode-se afirmar que apesar dos sucessivos prejuízos apresentados, o CTM não entrará em descontinuidade, devido ao fato de fazer parte da Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício de 2024, Lei estadual nº 18.428, de 22/12/2023.



2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas e Padrões Internacionais de Contabilidade - IFRS, considerando a atual legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelos órgãos competentes, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e modificações posteriores.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração da Sociedade em 02 de março de 2025.

O CTM passou a atender, de forma suplementar, em função da utilização do sistema E-FISCO, os ditames de acordo com as práticas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, adotadas no Brasil, com base na Lei nº 4.320/64.

Compreende o conjunto dessas demonstrações: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado, apresentadas de forma comparativa conforme moeda funcional do consórcio, e seguindo as diretrizes contábeis descritas abaixo.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCÍPIOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa consistem nos saldos em bancos conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata e Bancos Contas Vinculadas. Estes valores compreendem 03 (três) fontes de recursos: 1) Recursos do Sistema de Transporte Público de Passageiros, oriundos da Bilhetagem Eletrônica; 2) Recursos Próprios; e 3) Repasses recebidos do Governo do Estado de Pernambuco para custeio das suas atividades operacionais.

As aplicações financeiras são realizadas na modalidade de Certificado de Depósito Bancário – CDB (pré-fixados ou pós-fixados), Fundo de Investimento Financeiro – FIF e foram classificadas como Disponibilidades do Consórcio em função da possibilidade de resgates imediatos livre de oscilações relevantes quanto aos valores resgatáveis. Constituem-se por depósitos bancários à vista, investimentos em Renda Fixa de alta liquidez, registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das Demonstrações Contábeis.

3.2 Clientes e outros créditos a receber

São registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e não considera multa, juros ou qualquer forma de atualização monetária por atraso em seus pagamentos, e estão ajustados pela constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

Os outros créditos correspondem aos valores referentes a Adiantamentos Diversos (funcionários e terceiros). Os pagamentos antecipados a empregados correspondem a adiantamentos feitos a funcionários por conta de salário mensalmente recebido, bem como, 13º salário, férias e empréstimos, por ocasião das férias prevista em acordo coletivo de trabalho, por opção do empregado.

3.3 Tributos a Recuperar

Há diversas operações que podem gerar valores a recuperar de impostos, tais como saldos devedores de PASEP, COFINS, IRRF e outros. Tais impostos são registrados pelo custo histórico e não são atualizados a valor presente devido a não incidência de atualização monetária sobre os mesmos.



3.4 Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, que não excede ao valor de mercado.

3.5 Depósitos Judiciais

O depósito judicial é consequência da realização de atos processuais como o sequestro, o arresto, a penhora e pagamento por determinação judicial. No Consórcio os depósitos judiciais são contabilizados e individualizados por processo.

3.6 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, as taxas utilizadas são as mencionadas na nota explicativa 10, em função da vida útil dos bens. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Ativos Imobilizados	Idade
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	10 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Equipamentos de Informática	5 anos
Veículos	5 anos
Instalações	10 anos



3.7 Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção. O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária e a partir do momento que esse ativo entra em operação.

As amortizações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme Normas Brasileiras de Contabilidade.

Os ativos intangíveis adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização baseados nestas vidas úteis e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando incorridas e são relativos, principalmente, por licenças de uso e licenciamento de software, que são amortizados com vida útil média de 5 anos.

3.8 Fornecedores

A conta de fornecedores compreende o registro das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais e contratação de serviços. Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e não são avaliados subsequentemente ao custo amortizado por não haver incidência de juros sobre os mesmos.

3.9 Outras obrigações a pagar

As outras obrigações são reconhecidas inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Atendendo ao princípio da relevância contábil, as obrigações sociais que possuam exigibilidade dentro de até 12 meses foram consideradas isentas de despesas de juros.

3.10 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a sociedade espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em

[Handwritten signature]

todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso será reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Caso o prazo estimado para a liquidação das provisões ocorra em período superior a 12 meses após o encerramento do exercício social subsequente esta será classificada no passivo não circulante.

Provisões para Contingências

A sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido está composto dos valores provenientes do Capital Social Integralizado, dos Prejuízos Acumulados e Transferências Governamentais para futuro aumento de capital.

3.12 Apuração do Resultado

O Resultado do exercício é apurado pelo regime contábil de competência.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
		Reclassificado
Bancos		
Conta Única	92.165	34.423
Conta Corrente	63.877.820	70.013.759
Aplicações Financeiras	18.051.508	10.046.383
	82.021.493	80.094.564

São mantidos em bancos e aplicações financeiras, os recursos correspondentes ao recebimento da arrecadação para carregamento do Vale Eletrônico Metropolitano (VEM), do Sistema de Transporte Público de Passageiros – STPP, sendo de responsabilidade do Consórcio o controle dos recursos para serem repassados às Operadoras de ônibus e permissionários no momento do resgate dos créditos dos usuários.

Constam ainda no saldo das disponibilidades, montantes de recursos aportados pelo Governo do Estado de Pernambuco, para custeio das atividades operacionais do Consórcio.

As disponibilidades de propriedade do Grande Recife Consórcio de Transporte Metropolitano são representadas por montantes recebidos pelo aluguel de box nos Terminais do Sistema Integrado de Transporte, comercialização de Carteiras de Estudantes e Livre Acesso, RVPO – Recurso de Veiculação de Publicidade em Ônibus, propagandas em abrigos e paradas de ônibus, multas sobre operadoras, e locação de espaço nos Terminais Integrados.

4.1 Composição do saldo das disponibilidades

O saldo das contas de caixa e equivalentes de caixa representam os valores provenientes da bilhetagem eletrônica registrados como receita extraorçamentária, constantes no balanço patrimonial.

	Saldos em 31/12/2024	Lançamentos Não Contabilizados	Saldo Real em 31/12/2024
Conta Única	92.165	-	92.165
Contas Bancárias Diversas	63.877.820	(69.914.902)	(6.037.082)
Aplicações Financeiras	18.051.508	-	18.051.508
	82.021.493	(69.914.902)	12.106.591

A quantia constante da coluna lançamentos não contabilizados representa os pagamentos efetuados com recursos extraorçamentários, nos seguintes fatos geradores no efisco, conforme tabela abaixo e de acordo com os DH's existentes no período 2014 a 2022:

Descrição	R\$
Fornecedores	58.430.902
Tributos	6.635.924
Convênio	324.875
Folha de pagamento	926.589
Consignações	1.227
Locação de box	(15.558)
Depósito	(2.150)
Processo/custas	1.853.561
Orçamentário	55.443
Diárias	6.774
Suprimento individual	34.306
Extra orçamentário	1.663.009
	69.914.902

5. ESTOQUES

	2024	2023
Materiais de Consumo	8.695	79.606
Materiais de Construção	244.663	90.774
	253.358	170.380

O controle físico-financeiro da conta de Estoques não está integrado com a contabilidade. O sistema de controle de estoque opera em uma plataforma diferente do E-FISCO, impossibilitando assim a integração dos sistemas. Desta forma, o registro contábil da movimentação nessa conta está sendo feito manualmente com base em relatórios gerenciais emitidos pelo setor responsável e ajustado com base no inventário físico existente em 31/12/2024.

[Handwritten signature]

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2024	2023
COFINS a Compensar	8.974	8.974
ISS a Compensar	292.077	292.077
IRRF s/ Aplicação Financeira	1.280.551	901.232
Outros Tributos a Recuperar	329.462	320.460
	1.911.064	1.522.742

7. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS E OUTROS

	2024	2023
		Reclassificado
Adiantamentos a Empregados	1.652.296	2.039.318
Auxílio Doença	36.147	36.147
Salário Maternidade	97.577	94.351
Suprimentos de Fundos/Repasse Institucional	13.902	5.902
Outros Adiantamentos	4.172.606	4.172.606
	5.972.528	6.348.324

O montante dos outros adiantamentos, corresponde em sua maioria ao recolhimento de ISS das operadoras de ônibus pelo Consórcio. Esses valores já foram recuperados, mas não foram lançados por falta de conta específica no E-fisco para os lançamentos decorrentes do fechamento da Câmara de Compensação Tarifária (CCT). As contas de arrecadação, onde os valores deveriam ser baixados, não possuem saldo suficiente para lastrear tais lançamentos. Já foi pedido a Secretaria da Fazenda a criação da conta, em especial, para atender ao CPC 00 R1 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-financeiros, considerando as características qualitativas fundamentais: a relevância e a representação fidedigna.

8. OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Outras despesas correntes

2024	2023
5.795.527	5.104.017
5.795.527	5.104.017

Nesta conta foi registrado o valor de R\$ 5.795.527 que se refere aos pagamentos de bloqueios judiciais de ação trabalhista e civil realizados contra o CTM.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Essa conta representa os depósitos efetuados com a finalidade de recursos judiciais em função da contestação por parte do CTM, sendo dividida em trabalhistas e cíveis. O montante de R\$ 12.995.862 está dividido da seguinte maneira:

	2024		
	Trabalhista	Cível	Total
Depósitos Judiciais	6.060.468	3.139.444	9.199.912
Depósitos para Recursos	3.423.956	371.994	3.795.950
	9.484.423	3.511.439	12.995.862

	2023		
	Trabalhista	Cível	Total
Depósitos Judiciais	3.920.204	1.027.269	4.947.473
Depósitos para Recursos	3.467.324	371.994	3.839.319
	7.387.528	1.399.263	8.786.792

10. IMOBILIZADO

	SALDO EM 31/12/2023	ADIÇÕES	BAIXAS	AJUSTES	TRANSF.	SALDO EM 31/12/2024
GRCTM – IMOBILIZADO						
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	1.251.282	21.237	-	-	-	1.272.519
MÁQUINAS EQUIP. E FERRAMENTAS	2.042.585	178.729	-	-	-	2.221.313
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	3.402.840	1.231.495	-	-	-	4.634.335
TOTAL	6.696.707	1.431.460	-	-	-	8.128.167
STPP – IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO						
II PL 22	2.883.871	-	-	-	-	2.883.871
II PRAZERES	176.009	-	-	-	-	176.009
II COSMI E DAMIÃO	268.229	-	-	-	-	268.229
II AL OGAÇOS	251.161	-	-	-	-	251.161
II SANTA LUÍZA	35.475	-	-	-	-	35.475
TOTAL	3.614.745	-	-	-	-	3.614.745
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO						
FORTE DO BRUM	147.402	-	-	-	-	147.402
TOTAL	147.402	-	-	-	-	147.402
DEPRECIACÃO ACUMULADA (-)						
GRCTM – IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO	(4.609.553)	(137.043)	-	-	-	(4.746.596)
STPP – IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO	(1.851.543)	(144.590)	-	-	-	(1.996.133)
TOTAL	(6.461.096)	(281.632)	-	-	-	(6.742.729)
TOTAL LÍQUIDO	3.997.759	1.149.827	-	-	-	5.147.586

A reavaliação dos bens móveis foi realizada em outubro de 2024, conforme processo SEI nº 0050500059.004705/2024-71, bem como os bens foram inventariados em março de 2025, através de comissão instituída pela portaria CTM 023/2025 (SEI 00505000054.000154/2025-05), e encaminhados para o processo de Prestação de Contas do TCE-PE, através do SEI nº 0050500106.000021/2025-78.

11. INTANGÍVEL

	SALDO EM 31/12/2023	ADIÇÕES	BAIXAS	AJUSTES	TRANSF.	SALDO EM 31/12/2024
SOFTWARES						
SOFTWARES EM USO	2.827.538	-	-	-	-	2.827.538
TOTAL	2.827.538	-	-	-	-	2.827.538
DIREITO DE USO DE IMÓVEIS						
CORRIDORES/BRT/TRO	4.179.492	-	-	-	-	4.179.492
TOTAL	4.179.492	-	-	-	-	4.179.492,27
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (-)						
SOFTWARES	(1.910.712)	-	-	-	-	(1.910.712)
DIREITO DE USO DE IMÓVEIS	(2.647.012)	(278.633)	-	-	-	(2.925.644)
TOTAL	(4.557.724)	(278.633)	-	-	-	(4.836.357)
TOTAL LÍQUIDO	2.449.307	(278.633)	-	-	-	2.170.674

[Handwritten signature]

12. FORNECEDORES

	2024	2023
		Reclassificado
Fornecedores Pagos com Recursos Próprios	58.430.902	58.430.902
Fornecedores a pagar	26.053.612	26.160.403
	84.484.513	84.591.305

O valor global de R\$ 58.430.902 foi contabilizado por seus valores brutos e reconhecidos através de documentos hábeis (DH), os quais foram pagos com recursos de receitas extraorçamentárias (Passivo), entre os anos de 2014 a 2022. Em março de 2025, este valor foi segregado da conta geral de fornecedores para uma conta contábil específica para melhor acompanhamento dos saldos a regularizar. A partir do 2º Trimestre de 2025, estes DH's serão cancelados, conforme autorização do Conselho Fiscal e da Alta Gestão do CTM.

13. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	2024	2023
		Reclassificado
Ressarcimento de Pessoal	2.793.952	2.996.137
Outras Obrigações com Pessoal	20.015.060	13.631.304
Imposto de Renda retido sobre a Folha de Pagamento	1.391.982	1.604.208
INSS Retido Servidores sobre Folha de Pagamento	386.386	316.707
Encargos Sociais a Pagar	1.988.418	2.070.399
Férias - Empresas - 1/12	2.595.558	2.682.704
FGTS sobre Férias - Empresas - 1/12	206.921	214.255
Salários, Remunerações e Benefícios a Pagar de Exercícios Anteriores	323.979	323.979
Obrigações de Pessoal - Extra folha	13.121.817	6.419.053
	22.809.012	16.627.441

14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2024	2023
		Reclassificado
Impostos a Recolher	2.317.464	2.220.885
Obrigações Fiscais a curto prazo	1.262.329	1.278.239
Imposto de Renda retido, exceto sobre a Folha de Pagamento	40.834	28.817
Impostos sobre Serviços retido de PF e PJ	401.412	300.941
Depósitos de Terceiros - Jaboatão	585.074	585.074
Depósitos de Terceiros - Olinda	27.815	27.815
Contribuições a Recolher	17.972	285.224
INSS Retido sobre Serviços de Terceiros/PJ	5.538	185.740
Valores Restituíveis	12.434	99.485
Consignações a Recolher	184.372	187.830
	2.519.808	2.693.940

15. VALORES RESTITUÍVEIS

	2024	2023
Conv. GRCTM/CBTU Repartição Tarifária	3.593.133	3.593.133
Conv. CBTU/STU/REC	1.998	1.998
Repasse Caixa Econômica Federal	2.449.371	2.449.371
	6.044.502	6.044.502

Saldo da conta Convênio GRCTM/CBTU/Repartição Tarifária se refere a valores depositados pelas convenientes CTM/CBTU/REC, que se originou dos valores da integração ônibus/metrô nos termos do convênio de cooperação técnica e financeira da repartição tarifária. O saldo Convênio CBTU/STU/REC é proveniente da venda de bilhetes do metrô (bilhete de papel), pela gerência comercial (GCOM) e posterior depósito por meio de GRU a CBTU/STU/REC. A conta Repasse da Caixa Econômica Federal teve seu saldo originado pelas transferências de recursos financeiros da união para o estado, como interveniente executor a EMTU/Recife, que pela sua extinção e incorporação à PERPART, foi sucedida pelo CTM que deu continuidade ao cumprimento do contrato de repasse.

[Handwritten signature]

O valor expresso acima corresponde ao crédito conveniado recebido no momento da assinatura do convênio (valor histórico), e não ao saldo em conta corrente, pois a diferença entre o valor conveniado e o valor de saldo em extrato, a parcela referente aos rendimentos de aplicação financeira são registrados em uma conta própria da receita.

16. CONTA CORRENTE DO STPP

	2024	2023
Contas a receber do STPP	(59.096.793)	(59.096.793)
Contas a pagar do STPP	56.528.369	52.819.596
Arrecadação antecipada	62.629.385	71.956.132
	60.060.962	65.678.936

Contas a Receber do STPP

A RST representa a Receita por Serviços Técnicos, que é a remuneração proveniente da administração do STPP, pelo Grande Recife. A RST auferida nos meses de janeiro e fevereiro de 2015 foi mensurada, aplicando-se um percentual de 4% (quatro por cento) sobre a quantidade de passageiros transportada no ano anterior, multiplicado pela tarifa média. O saldo referente ao Contas a Receber do Sistema está composto pelos valores dos Adiantamentos STPP e Outros Valores a Receber.

Contas a Pagar do STPP

O saldo referente ao Contas a Pagar corresponde às Obrigações do Consórcio vinculadas ao Sistema. As obrigações do GRCTM/STPP estão constituídas principalmente por compromissos assumidos através de convênios realizados com as prefeituras das cidades do Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes, para transferência de taxas administrativas e outras obrigações.

Arrecadação Antecipada

Os saldos demonstrados acima refletem a comercialização de Vale-transporte de papel e crédito para Vale Eletrônico Metropolitano (VEM) Estudantil. Esses recursos serão transferidos para as operadoras na quinzena em que o passageiro fizer uso desses créditos, através de resgates apurados após os descontos competentes.

Conta Garantia de Tarifas

Foi instituída a Conta Garantia de Tarifas, por meio da publicação da Lei Estadual nº 15.189/2013, em que se depositem as receitas tarifárias do STPP/RMR e da qual só se realizem saques prioritariamente em favor dos operadores do STPP/RMR partícipes em instrumentos de concessão ou permissão de operação do STPP/RMR e a CBTU.

17. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

	2024	2023
Depósitos de Cauções de Terceiros	32.284	43.872
Depósitos de Terceiros	8.004.945	5.688.989
	8.037.228	5.732.861

Depósitos de cauções de terceiros, consiste nos valores dados em garantias contratuais previstas na lei nº 13.303/2016, art. 70.

Depósitos de terceiros representa os valores relativos a convênios celebrados com entidades estudantis, bem como receita de veiculação e propaganda em ônibus – RVPO, instituída pela resolução nº 003/99, do conselho metropolitano de transportes urbanos - CMTU.

18. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E TRABALHISTAS

	2024	2023
Processos Cíveis	42.659.589	42.659.589
Processos Trabalhistas	7.895.004	10.123.381
	50.554.593	52.782.971

A administração, consubstanciada na opinião dos seus assessores jurídicos, mantém provisão para contingências cíveis e trabalhistas julgadas suficientes para cobrir prováveis perdas sobre os processos atualmente em andamento.

Informamos ainda que, ajustes foram realizados nas planilhas enviadas pelos escritórios contratados referentes ao 4º Trimestre/2024, com a classificação de risco provável, conforme quadro abaixo:

PROVISÕES A LONGO PRAZO	31/12/2024		
	Balancete	Relatório Jurídico	Diferença
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO	7.895.003,60	8.402.876,14	507.872,54
PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS A LONGO PRAZO	42.659.589,49	44.451.415,22	1.791.825,73

A diferença existente entre o relatório jurídico e o balancete deverá ser ajustada a partir do 2º Trimestre de 2025.

[Handwritten signature]

19. RESÍDUOS DE CRÉDITOS DO STPP

	2024	2023
Contas a Receber	(28.462.344)	(28.462.344)
Contas a Pagar	912.719	912.719
Arrecadação para o mês seguinte	96.606.340	96.606.340
Posição da CCT	194.414	194.414
	69.251.130	69.251.130

Em 12 de dezembro de 2013, através do Artigo 17, Paragrafo Único, e Incisos I, II e III da Lei nº 15.190, promulgada pelo Governo do Estado de Pernambuco, foi definido o prazo para prescrição dos créditos adquiridos pelos usuários para utilização no Sistema de Transporte Público de Passageiros – STPP/RMR, que por diversos motivos não são utilizados, e qual a destinação que os créditos não utilizados (Resíduos) poderão ter.

Anteriormente à promulgação dessas Leis, inexistiam instrumentos legais que definissem a caducidade dos créditos adquiridos pelos usuários do STPP/RMR, e uma vez existindo os mesmos, qual a sua destinação.

Artigo 17 e Incisos I, II e III da Lei nº 15.190:

Art. 17. Os créditos oriundos das vendas antecipadas de bilhetes do STPP/RMR, sejam créditos de VEM Estudante, VEM Comum, VEM Trabalhador ou de qualquer outro tipo de vale existente ou a ser criado, quer tais créditos já tenham sido adquiridos, quer sejam adquiridos após a publicação desta Lei, todos têm validade de 180 (cento e oitenta) dias corridos.

I. Se houver subsídios tarifários instituídos por quaisquer dos entes consorciados, tais valores devem ser utilizados para cobrir os montantes correspondentes aos concessionários do STPP/RMR conforme critérios de cálculo estabelecidos nos instrumentos de concessão de operação do STPP/RMR;

II. Inexistindo subsídios tarifários, desde que a conta garantia apresente saldo positivo superior a 4 (quatro) meses de arrecadação tarifária do STPP/RMR, tais valores devem ser apropriados pelo CTM para custear as despesas com manutenção do STPP/RMR ou com a manutenção dos bens públicos afetados ao STPP/RMR;

II. Inexistindo subsídio tarifário, desde que a conta garantia apresente saldo positivo superior a 4 (quatro) meses de arrecadação tarifária do STPP/RMR e não sendo o CTM entidade

Paulo D Dutra

dependente, tais valores devem ser apropriados pelo CTM e devem ser utilizados unicamente para custear investimentos no STPP/RMR.

A partir de 17/04/2020, os créditos caducados previstos na Lei Estadual nº 15.190/2013, Art. 17, foi revogado pela Lei Estadual nº 16.861/2020.

Em 31/03/2025, de acordo com autorização da DGO contida nos despachos 753 e 848 (65162312 e 65162312) do SEI 0050500060.000998/2024-88, foi realizada a baixa por prescrição dos valores acima especificados (R\$ 69.251.132,00) através da Nota de Lançamento de nº 2025NL000528.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1 Capital Social Subscrito, a Integralizar e Integralizado

Capital Social Subscrito	1.000.000
(-) Capital Social a Integralizar	(424.300)
Capital Social Subscrito e Integralizado	<u>575.700</u>

O saldo do capital social subscrito é representado por 1.000.000 milhão de quotas com o valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 565.700 pertencentes ao Governo do Estado de Pernambuco, 10.000 pertencentes à Prefeitura Municipal de Camaragibe, 350.000 pertencentes à Prefeitura da Cidade do Recife e 74.300 pertencentes à Prefeitura da Cidade de Olinda.

20.2 Lucros e Prejuízos Acumulados

A conta de lucros e prejuízos acumulados foi impactada em 2024 pela ocorrência do lucro do exercício no valor de R\$ 7.223.990 (sete milhões, duzentos e vinte e três mil, novecentos e noventa reais).

20.3 Recursos para Aumento de Capital

O valor de R\$ 34.991.410 (trinta e quatro milhões, novecentos e noventa e um mil, quatrocentos e dez reais) corresponde ao aporte realizado pelo Governo do Estado, através da Secretaria das Cidades para manutenção e reforma de Terminais Integrados e Mini



Terminais, elaboração de projetos de terminais e corredores, contratação de consultoria para licitação das linhas, sistema de monitoramento da frota, que serão posteriormente incorporados ao imobilizado da sociedade.

Segundo disposto no capítulo II, cláusula sexta, parágrafo nono, da segunda alteração/consolidação do Contrato Social do Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife, o capital social seria integralizado no prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura (17 de junho de 2008) mediante contribuição em dinheiro, bens móveis ou imóveis. No entanto, até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apenas o Governo do Estado de Pernambuco havia integralizado o seu capital subscrito.

20.4 Demonstrativo da evolução do patrimônio líquido

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A INTEGRALIZAR	RECURSO PARA AUMENTO DE CAPITAL	LUCRO OU PREJUÍZO ACUMULADO	TOTAL
Saldo do Exercício em 31/12/2015	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(133.533.209)	(97.966.099)
Retificação de erros				5.465.394	5.465.394
Saldo Inicial Ajustado	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(128.067.815)	(92.500.705)
Prejuízo do exercício				(30.699.764)	(30.699.764)
Saldo do Exercício em 31/12/2016	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(158.767.579)	(123.200.468)
Retificação de erros				(700.489)	(700.489)
Saldo Inicial Ajustado	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(159.468.068)	(123.900.956)
Prejuízo do exercício				(60.916.790)	(60.916.790)
Saldo do Exercício em 31/12/2017	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(220.384.858)	(184.817.747)
Retificação de erros				42.398.919	42.398.919
Saldo Inicial Ajustado	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(177.985.939)	(142.418.826)
Prejuízo do exercício				(31.162.109)	(31.162.109)
Saldo do Exercício em 31/12/2018	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(209.138.048)	(173.570.937)
Retificação de erros				(475.882)	(475.882)
Saldo Inicial Ajustado	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(209.613.930)	(174.046.819)
Lucro do exercício				10.001.725	10.001.725
Saldo Inicial Ajustado 31/12/2019	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(199.612.205)	(164.045.093)
Retificação de erros				(4.851.262)	(4.851.262)
Saldo Inicial Ajustado	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(204.463.468)	(168.896.356)
Prejuízo do exercício				(2.216.334)	(2.216.334)
Saldo do Exercício em 31/12/2020	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(206.679.802)	(171.112.692)
Retificação de erros				76.383	76.383
Saldo Inicial Ajustado	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(202.121.061)	(166.553.951)
Prejuízo do exercício				(9.516.632)	(9.516.632)
Saldo do Exercício em 31/12/2021	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(211.637.693)	(176.070.583)
Saldo Inicial Ajustado	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(211.637.693)	(176.070.583)
Prejuízo do exercício				(54.176.867)	(54.176.867)
Saldo do Exercício em 31/12/2022	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(265.814.560)	(230.247.450)
Saldo Inicial Ajustado	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(239.684.925)	(204.117.815)
Prejuízo do exercício				(16.687.129)	(16.687.129)
Saldo do Exercício em 31/12/2023	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(256.372.053)	(220.804.943)
Saldo Inicial Ajustado	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(230.575.589,36)	(195.008.479)
Lucro do exercício				7.223.990	7.223.990
Saldo do Exercício em 31/12/2024	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(223.351.600)	(187.784.490)

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2024	2023
Receita de Multas e Infrações	2.092.131	361.315
Receita de Carteira de Estudante/CIE's e propagandas em abrigos	1.593.112	1.131.009
Box	28.564	40.440
	3.713.806	1.532.764

22. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
Serviços de Terceiros Pessoa Física	(102.676)	(96.320)
Serviços Prestados por Pessoa Jurídica	(16.091.547)	(16.560.822)
Serviços de Energia Elétrica	(383.954)	(470.612)
Serviços de Água e Esgoto	(124.052)	(631.322)
Serviços Médico Hospitalares	(4.667.081)	(4.540.140)
Serv. Gráficos de encadernação	(25.903)	(14.103)
Serviços Judiciários e cartoriais	(125.845)	(173.917)
Serviços de limpeza e conservação	(32.973)	(31.587)
Serviços de Tecnologia da Informação	(4.014.239)	(6.842.322)
Serviços de cópias e reprodução de documentos	(36.950)	(104.387)
Consultoria e Assessoria – Jurídica	(304.541)	(488.677)
Honorários Sucumbenciais	(312.875)	(72.040)
Locação de Mão de Obra	(16.656.247)	(14.755.986)
Locação de Imóveis	(1.722.238)	(159.082)
Locação de Máquinas e Equipamentos	(303.448)	(365.352)
Locação de Bens Móveis de Outras Naturezas	(10.730)	-
Locação de Veículos Automotores	(582.789)	(497.284)
Armazém	(22.553)	-
Manut. Conserv. Bens Imóveis	(272.102)	(129.468)
Vale Refeição/Vale Alimentação	(3.962.272)	(4.152.779)
Atividades artísticas, Culturais	(6.721)	(28.046)
Dedetização/Tratamento de Resíduos e Afins	(3.787)	(21.737)
Seguros em Geral	(54.023)	(138.400)
Publicidade	(85.315)	(47.837)
Passagem para servidores para dentro do Estado	(56.753)	(8.392)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(560.265)	(624.479)
Outras sentenças judiciais	-	(3.682.688)
DEA – Sentenças Judiciais	(4.500.000)	-
Provisões Trabalhistas	(515.990)	(5.797.028)
Provisão para perdas de crédito	(4.320)	(33.055)
Outras	(3.719.164)	(1.120.830)
	(59.261.353)	(61.588.693)

[Handwritten signature]

23. DESPESAS PESSOAL E ENCARGOS

Ordenados, Salários, Gratificações e Outras
Encargos Previdenciários
Encargos Patronais - FGTS
Pessoal Requisitado a Outros Órgãos

2024	2023
(33.862.116)	(36.959.298)
(8.156.430)	(8.644.533)
(2.561.164)	(2.541.043)
(1.771.997)	(1.010.147)
(46.351.706)	(49.155.021)

24. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza
Impostos
Taxa – JUCEPE
C.I.M., Taxa de limpeza Urbana, Taxa de Vigilância Sanitária, TSD (PREF.)
DEA – Outras Taxas
Contribuições Sociais
Juros e Encargos de Mora
Outras Taxas

2024	2023
(88.880)	(123.732)
(7.792)	(153.538)
(1.004)	(396)
(977)	(16.872)
-	(47.818)
(1.216.604)	(22.317)
(412.217)	(120.127)
(464)	(1.402)
(1.727.937)	(486.202)

25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Auxílio Funeral
Auxílio creche
Auxílio Educação
Auxílio dependente deficiente
Uso de material de consumo

2024	2023
(12.607)	(31.519)
(77.012)	(68.014)
(68.546)	(39.915)
(69.084)	(39.141)
(665.912)	(419.470)
(893.161)	(598.060)

26. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2024	2023
Outras Transferências não Financeiras Recebidas	31.690	37.427
Ganhos com Incorporação de outros direitos	52.809	131.120
Ganhos com Cancelamento de Restos a Pagar	368.683	406.767
Ganhos com outras Desincorporações de Passivos	1.671.633	3.184.727
Reversão de Provisões	2.744.368	2.299.940
Reversão de Ajustes de Perdas de Créditos	1.080	3.477
Recuperação de despesas Orçamentárias	-	8.892
Ressarcimento de pessoal	-	372.649
Outras contas	161.235	-
	5.031.498	6.444.999

27. TRANSFERÊNCIA LÍQUIDAS DO TESOURO ESTADUAL

	2024	2023
Transferências Financeiras Recebidas do Órgão Central	487.218.399	359.325.662
Transferências Financeiras Entre Unidades Gestoras	14.574.515	96.978.966
	501.792.914	456.304.629

28. COBERTURA DE SEGUROS (Não auditado)

O consórcio mantém contrato de seguros, na modalidade de seguro de vida em grupo, num total de 251 segurados, sendo nos valores de R\$ 57.963,65, para 183 segurados e R\$ 80.000,00, para 68 segurados, conforme apólice nº 01930001339, da Gente Seguradora S.A, em atendimento ao Acordo Coletivo de Trabalho 2023/2024.

29. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS, PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS E CORREÇÕES DE ERROS

29.1 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Entidade requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a

incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

29.2 Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

29.3 Correção de erros imputáveis a exercícios anteriores

No exercício corrente foi identificado erro imputável a exercícios anteriores, decorrente de folha de pagamento, fornecedores e outros.

AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Fornecedores	15.630.336
Folha de pagamento	8.849.042
Incentivos	1.038.198
Valores Pendentes de anulação de despesa	713.555
IOF	(1.210)
Transferências à União	4.686
Adiantamentos de Clientes	10.978
Bancos	(375.844)
Adiantamento de 13º Salário	(73.279)
Total	25.796.461

	BALANÇO COMPARADO APÓS AJUSTES		AJUSTE EXERCÍCIOS ANTERIORES	ANTES DO AJUSTE
ATIVO	2024	2023		2023
CIRCULANTE		Reapresentado		
Caixa e Equivalentes de Caixa	82.021.493	80.094.564	(375.841)	80.470.406
Adiantamentos a Empregados e Outros	5.972.528	6.348.324	(73.279)	6.421.603
TOTAL DO ATIVO	116.327.279	108.474.603	(449.121)	108.923.724
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	84.484.513	84.591.305	15.630.336,21	100.221.641
Salários e Encargos Sociais	22.809.012	16.627.441	8.849.042	25.476.483
Impostos, Taxas e Contribuições	2.519.808	2.693.940	(1.210)	2.692.729
Outras Obrigações	270.815	79.997	1.767.417	1.847.415
PASSIVO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Lucro/Prejuízos Acumulados	(223.351.600)	(230.575.589)	(25.796.461)	(256.372.053)
TOTAL DO PASSIVO	116.327.279	108.474.603	(449.121)	108.923.724

Os Ajustes de Exercício anteriores registram os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior, que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Os valores relativos a ajustes na conta Salários e Encargos Sociais, referem-se a estorno da liquidação da despesa pública com a aquisição de vale-transporte dos servidores do Estado, que são classificados nesta conta contábil, cujo estorno refletiu no patrimônio líquido, considerando ser de exercício anterior.

Os valores relativos a ajustes na conta de Fornecedores, foram realizados para regularização de documento hábil - DH devido a valores registrados em duplicidade.

Os demais valores registrados na conta de exercícios anteriores foram realizados, para regularizar os lançamentos realizados em duplicidade.

30. DADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS DAS ATIVIDADES RELACIONADAS À CONSECUÇÃO DOS FINS DE INTERESSE COLETIVO, LEI Nº 13.303/2016, ART. 8º, INCISO VI.

[Handwritten signature]

Descrição da Ação			Valor Disponível	Valor Executado	% Execução	Observações
1	1085- Programa de Comunicação com os Usuários do STPP/RMR					
1.1	4678- Manutenção da central de atendimento aos clientes do STPP/RMR	0000 - Outras Medidas	1.629.800,00	1.443.178,51	88,55%	Manutenção realizada
2	1031-Melhoria da Mobilidade Urbana					
2.1	4681 - Manutenção e Operacionalização dos Terminais e Miniterminais	0000 - Outras Medidas	4.817.397,00	4.730.913,33	98,20%	Manutenção realizada
		1031- Manutenção e operacionalização do Terminal Santa Rita	1.040.000,00	651.815,42	62,67%	Manutenção realizada
2.2	3877- Manutenção e Operacionalização das Estações de BRT	0000 - Outras Medidas	4.507.816,00	3.991.788,15	88,56%	Serviço realizado
2.3	4687 - Implantação do BRT nos corredores Norte-Sul e Leste-Oeste/RMR	0000 - Outras Medidas	520.000,00	0,00	0,00%	0
		3000 - Outras Medidas	978.700,00	0,00	0,00%	0

Handwritten signatures and initials

Programa / Ação / Subação			Orçamento Original	Orçamento Executado	Orç. 01/2	Meta Física Alcançada (%)	Observações
3	1086-Operacionalização do Sistema de Transporte Público de Passageiros - STPP/RMR						
3.1	6685 - Solução às Empresas Operadoras do STPP/RMR	3030 - Outras Medidas	0,00	0,00	#DIV/0!	0	
		1925 - Concessão de serviço ao sistema de manutenção	21.125.000	21.080.842	99,81%	Serviço realizado	
		1935 - Concessão de serviço ao Corredor Metropolitano	104.575.000,00	104.397.488,75	99,93%	Serviço realizado	
		1945 - Concessão de serviço ao Corredor Leão de Outeiro	48.905.000,00	48.851.813,11	99,91%	Serviço realizado	
3.2	3929 - Realizar acompanhamento de controle de concessão da PPP da operacionalização e manutenção dos terminais e estações dos BRTs	3000 - Outras Medidas	60.374.644,00	55.175.050,34	91,62%	Serviço realizado	Pagamento realizado a NOVA MOB, conforme contrato nº 015/2001 de PPP para operação, integração e manutenção de 26 terminais de integração e 44 estações de BRTs na RMR.
		8538 - Realização de despesas com verificadores independente para acompanhamento de contratos de PPP - Terminais	149.080,00	0,00	0,00%	0	Contrato assinado em dezembro, não houve nenhuma liquidação em 2024
3.5	1313 - Ampliação e melhoria do sistema de bilheteira eletrônica para os usuários do STPP/RMR	1126 - Inserção da gratuidade do cartão eletrônico GOVEM Estudantil	12.528.303,00	12.417.101,50	99,19%	1	O ano de 2024 fechou com 259,13h sendo 91.839 cartões ativos no programa.

* Discriminar apenas os programas que tem meta prioritária

LEGENDA:

- (A) O nome dos programas, ações e subações conforme a Lei Orçamentária Anual
- (B) Dotação orçamentária original-suplementações cancelamentos ocorridos no exercício financeiro
- (C) Total da despesa liquidada por programas e ações
- (D) Percentual alcançado (C/B)
- (E) Produto em relação à meta física estipulada
- (F) Resultado físico previsto
- (G) Resultado físico alcançado
- (H) Esclarecimentos técnico quanto aos resultados físicos e financeiros(obrigatoriamente quando do não atingimento das metas)
- (I) Indicador previsto para medição do programa

GGOR/MDO
03/25

Paul

Paul

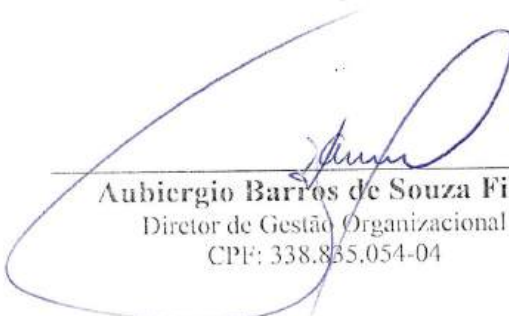
31. EVENTOS SUBSEQUENTES

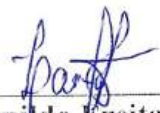
Considerando que o ingresso do Município de Camaragibe ocorreu em 24 de maio de 2024, na condição de ente consorciado, no Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife - CTM, com vista a operacionalizar a rede de linhas de transporte público de Camaragibe, bem como a assinatura de contrato de rateio conforme legislação pertinente, cujos pagamentos previstos no referido contrato de rateio Nº. 01.2024 tinha vigência até 31/12/2024, em função da Lei Orçamentária Anual. Os pagamentos só ocorreram no exercício de 2025, especificamente nos dias 24/02/2025 e 11/03/2025.

32. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Em setembro de 2024 foi realizado a contratação de serviço de Assessoria e Execução de Serviços de Contabilidade para prestação de serviços de levantamento da Execução Orçamentária e Financeira da receita no período de 2014 a 2022, com o intuito de apresentar parecer detalhado sobre os ingressos de recursos e a receita orçamentária durante o período. O produto final, na forma de relatório, tem previsão contratual e entrega em fevereiro de 2025.

Recife, março de 2025.


Aubiergio Barros de Souza Filho
Diretor de Gestão Organizacional
CPF: 338.835.054-04


Laurenildo Freitas da Silva
Téc. em Contabilidade CRC/PI: 12.707-O
CPF: 362.279.354-68